

Vaticano autoriza bênção a casais do mesmo sexo, mas veta casamentos

Aceno do papa Francisco à comunidade LGBTQIA+ vem após aval a batismo de pessoas trans

Mayara Paixão

QUARTELHOS Em decisão histórica, o Vaticano autorizou na segunda (18) a bênção a casais de pessoas do mesmo sexo e àqueles considerados "em situação irregular", termo usado para se referir aos que estão em sua segunda união após um divórcio. A instituição, porém, não alterou seu veto ao casamento homoafetivo.

O documento aprovado pelo papa Francisco, que acaba de completar 87 anos, vem em um momento no qual crescem os debates sobre a longevidade do pontificado do argentino, iniciado há dez anos. Com sintomas recorrentes de bronquite, uma artrose no joelho e dor ciática, o pontífice tem rareado sua participação em eventos públicos, em especial aqueles que demandam percorrer longas distâncias, ainda que haja a expectativa de que faça em 2024 uma aguardada visita à Argentina, seu país natal.

O texto desta segunda-feira destaca que o ato da bênção litúrgica aos casais homoafetivos em nada deve se assemelhar ao casamento. "Essa

bênção nunca será realizada ao mesmo tempo que ritos civis de união, nem em conexão com eles, para não produzir confusão com a bênção do sacramento do matrimônio", diz um trecho.

A marca do atual pontífice está no corpo do texto. Nele, o prefeito do Dicasterio para a Doutrina da Fé, o cardeal Víctor Manuel Fernández, também argentino, afirma que a declaração visa "ampliar e enriquecer" a compreensão que se tem da bênção por meio de uma reflexão teológica "baseada na visão pastoral do papa Francisco".

Trata-se da primeira vez que a Igreja Católica abre caminho para a bênção a casais do mesmo sexo. O tema gera tensão interna devido à forte oposição da ala conservadora da instituição religiosa, especialmente aquela baseada nos EUA, já muito crítica a Francisco.

Ao considerar a concessão de bênções aos que não vivem segundo as normas da doutrina moral cristã, o documento sinaliza que elas devem ser entendidas como atos de devoção e que quem

as solicita "não deve ser obrigado a ter perfeição moral prévia" para recebê-las.

É um movimento que amplia a chamada "cidadania religiosa" dos LGBTQIA+, diz Jefferson Batista, pesquisador na área de direitos humanos e cristianismo e doutorando em antropologia social pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). O conceito se refere à igualdade de acesso pleno a direitos dentro do âmbito religioso — neste caso, o catolicismo.

Ainda assim, salienta Batista, a medida "mantém a hierarquia sexual e de gênero" na instituição ao não avançar no casamento gay.

O pesquisador avalia que Francisco tem sido mais celerado nos passos institucionais que dá em relação à comunidade LGBTQ+ e que o impacto da medida anunciada nesta segunda-feira será histórico ao "tirar das sombras" algo que já ocorria. Apesar de a união de casais do mesmo sexo não ser reconhecida pela Santa Sé, há alguns padres que já os abençoavam, principalmente em países como a Alemanha.

Relembre anúncios do papa sobre LGBTQ+

'Se uma pessoa é gay e busca Deus, quem sou eu para julgá-la?'

Pouco após ser eleito papa, em 2013, deu a declaração mais ouvida de um papa sobre o assunto até então

Proíbe bênção a união gay e chama homossexualidade de pecado

Anos depois, em 2021, porém, chancela documento do Vaticano considerado retrocesso pelos fiéis LGBTQ+

Pessoas trans e filhos de casais gay podem ser batizados

Vaticano diz a bispo do Brasil que transexuais e transgêneros podem ser batizados

Aprova bênção a casais do mesmo sexo

Em 2023, autoriza a concessão de bênções a casais homoafetivos

"Mesmo no Brasil esses atos já acontecem. Ocorre que ou não eram públicos ou eram conduzidos por lideranças católicas não ordenadas."

A declaração desta segunda-feira ocorre seis semanas após a conclusão do Sínodo dos Bispos, uma reunião episcopal de especialistas que serve de mecanismo de consulta do papa e que tem como escopo o futuro da igreja. Também participaram desta edição mulheres e leigos que, entre outros temas, debateram como se aproximar de grupos marginalizados pela igreja, como divorciados em segundo casamento e, claro, pessoas LGBTQ+.

É também por isso que, assim como o pesquisador Jefferson Batista, o professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC) Rodrigo Toniol afirma que o documento divulgado na segunda resulta de um processo feito "de baixo para cima". "É, afinal, fruto da demanda crescente das paróquias locais, articuladas em congregações muitas vezes sensíveis à causa", explica ele.

"Essa declaração amplia a possibilidade do reconhecimento da instituição familiar a partir de novos arranjos", diz.

Em outubro, cinco cardeais conservadores pediram ao papa que reafirmasse a doutrina católica tradicional sobre casais homoafetivos, negando a eles o direito à bênção. Na ocasião, o Vaticano divulgou a resposta de Francisco, que se limitava a dizer que as bênções nestes casos eram "uma possibilidade".

Antes, em 2021, uma outra decisão da instituição se opôs ao ato no caso de uniões homoafetivas sob o argumento de que "não se pode abençoar o pecado". Também naquele ano, o Vaticano reiterou a opinião oficial de que a homossexualidade é um "pecado". Desde sua eleição em 2013, o argentino tem despertado críticas dos conservadores. Mais recentemente, em outubro, a igreja abriu as portas do batismo para as pessoas trans.

Um sucessor de Francisco mais conservador poderia retroceder nessas medidas? Segundo Rodrigo Toniol, seria muito difícil um recuo, tendo em vista que há o "dogma da infalibilidade papal", segundo o qual, ainda que não seja um ser perfeito, um pontífice não erra quando se pronuncia sobre temas relacionados à fé.

"Um sucessor poderia até questionar as medidas, mas com a declaração, o papa coloca uma carta na manga da comunidade LGBTQ+. Praticamente não há como retroceder."

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mundo Caderno: A Página: 11